

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**Expeça - se**

**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República**

Apesar de o armazenamento nas albufeiras localizadas na bacia hidrográfica do Tejo ter sido, em abril, superior à média dos últimos anos – verificando-se um armazenamento superior a 80% em 11 albufeiras e entre 50 e 80% em 3, num quadro muito semelhante ao verificado em Espanha – o Médio Tejo voltou a registar um caudal assaz reduzido, denunciado pela situação aflitiva que verificada nas margens do rio, particularmente nos territórios do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo.

O nível das águas do mais importante dos rios ibéricos, e a forma como o seu caudal tem sido gerido, tem merecido, desde sempre, a atenção das Deputadas e dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, atestada, desde logo, pelas perguntas dirigidas ao Primeiro-Ministro e ao Governo sobre a monitorização de caudais, a qualidade da água e, ainda, sobre a gestão das bacias hidrográficas comuns entre Portugal e Espanha.

Neste particular, é entendimento da signatária e dos signatários que o Governo tem vindo a negligenciar o principal instrumento de cooperação neste domínio – a Convenção de Albufeira –, receando-se não estar a ser utilizado. Tal decorre da análise ao funcionamento das Comissões de Limites e de Acompanhamento da Convenção de Albufeira, e, claro está, da Comissão Interministerial, e dos muitos alertas dados por cidadãos, autarquias e associações relativamente aos riscos decorrentes dos reduzidos níveis verificados no caudal do Tejo.

Ora, existindo sérias dúvidas sobre se não estarão a ser colocadas em causa as reservas hídricas nacionais e o cumprimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (Convenção de Albufeira), e importando garantir que são cumpridos os caudais mínimos e os níveis mínimos de qualidade exigidos pela Diretiva Quadro da Água, sobretudo no aspeto da cooperação transfronteiriça em matéria de recursos hídricos, entendem as signatárias e os signatários estarem reunidas as condições para formular um conjunto de questões ao Senhor Primeiro-Ministro.

**Assim, mantendo-se as preocupações das Deputadas e dos Deputados do Grupo Parlamentar Socialista com os caudais do Rio Tejo, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do n.º 1 do art.º 4.º do Regimento da Assembleia da República, vem a signatária e os signatários, através de V.Exa, perguntar ao Senhor Primeiro-Ministro:**

1. Tem o Senhor Primeiro-Ministro conhecimento da situação que se verifica no Rio Tejo?
2. Que acompanhamento tem sido dado ao Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo, particularmente no domínio da gestão transfronteiriça dos recursos hídricos?
3. E que articulação tem sido feita entre as entidades nacionais e a Confederación Hidrográfica del Tajo, sobretudo ao nível da monitorização dos caudais e dos níveis de qualidade dos recursos hídricos?
4. Que avaliação faz o Governo do cumprimento das disposições relativas aos recursos hídricos transfronteiriços da Diretiva Quadro da Água?
5. E que articulação tem sido feita com o Governo do Reino de Espanha no que tange à monitorização dos recursos hídricos comuns?
6. Que atividade desenvolveram, no passado recente, as Comissões Interministerial e de Acompanhamento da Convenção de Albufeira?
7. Pondera o Governo rever a Convenção de Albufeira?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 14 de Maio de 2015

Deputado(a)s

IDÁLIA SALVADOR SERRÃO(PS)

JOÃO GALAMBA(PS)

ANTÓNIO GAMEIRO(PS)